

Conselhos de classe como territórios de formação humana integral: possibilidades e desafios

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.2.10004>

Clepson de Oliveira Brito Morais¹, Edneide da Conceição Bezerra²

Resumo: O presente trabalho resulta da investigação de caráter exploratório cujo objetivo foi identificar as possibilidades e os desafios inerentes aos Conselhos de Classe como espaços de formação humana integral na perspectiva da EPT. Para tanto se debruçou na análise de dissertações de mestrado produzidos âmbito dos Mestrado Educação Profissional e Tecnológica e do Mestrado Profissional Educação Profissional e Tecnológica. A escolha dos trabalhos analisados se deu a partir dos resultados de busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no banco de dissertações e produtos educacionais do Observatório do ProfEPT. Para análise dos dados utilizou-se o método a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016). A fundamentação teórica baseia-se em Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012); Ciavatta (2012), Aliança (2021), Medeiros Neta et al (2018), Sena Neto (2022) Ramos (2012); Baracho (2018), Dalben (2004), Debatin (2002) Libâneo (2004) e Leite (2012). Sem se propor a uma análise exaustiva ou esgotar o tema, o trabalho identificou possibilidades do conselho de classe como espaço de formação humana a percepção pelos autores desse colegiado como mecanismo dinamizador das ações pedagógicas da escola a partir de sua função como instrumento avaliativo, e, a percepção do conselho de classe como importante espaço de participação democrática e de formação política. Com relação aos principais desafios a pesquisa identificou primeiro a compreensão por parte dos docentes de um modelo avaliação historicamente alicerçado na absorção por parte dos alunos dos conteúdos, assim como na disciplina (comportamento) dos alunos, sendo o conselho de classe um espaço de julgamento e como segundo desafio a efetiva garantia condições objetivas para que todos possam participar de forma efetivamente nos conselhos de classe sem impedimentos de qualquer natureza.

Palavras-chaves: Conselho de classe, Formação humana integral, Participação, Educação profissional.

Class councils as territories of integral human formation: possibilities and challenges

Abstract: This present work results from an exploratory investigation whose objective was to identify the possibilities and challenges inherent to Class Councils as spaces for integral human formation from the perspective of Professional and Technological Education (EPT). To this end, it focused on the analysis of master's dissertations produced within the scope of the Master's in Professional and Technological Education and the Professional Master's in Professional and Technological Education. The choice of the analyzed works was based on the search results in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations and in the dissertation and educational products

¹ Especialista em Gestão Pública (IFRN). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Profept (Mestrado Profissional em Rede Nacional/IFRN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil, cpnrbrito@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0009-2896-362X>.

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Profept Mestrado Profissional em Rede Nacional/IFRN, Natal-RN, edneide.bezerra@ifrn.edu.br, <https://orcid.org/0000-0002-2036-9687>.

bank of the ProfEPT Observatory. For data analysis, the content analysis method from the perspective of Bardin (2016) was used. The theoretical foundation is based on Frigotto, Ciavatta and Ramos (2012); Ciavatta (2012), Aliança (2021), Medeiros Neta et al (2018), Sena Neto (2022) Ramos (2012); Baracho (2018), Dalben (2004), Debatin (2002) Libâneo (2004) and Leite (2012). Without proposing an exhaustive analysis or exhausting the theme, the work identified possibilities for the class council as a space for human formation, the perception by the authors of this collegiate body as a dynamizing mechanism for the school's pedagogical actions based on its function as an evaluative instrument, and the perception of the class council as an important space for democratic participation and political formation. Regarding the main challenges, the research first identified the teachers' understanding of an evaluation model historically based on the students' absorption of content, as well as on the students' discipline (behavior), with the class council being a space for judgment. The second challenge identified was the effective guarantee of objective conditions so that everyone can participate effectively in the class councils without impediments of any nature.

Keywords: Class council, Integral human formation, Participation, Professional education.

Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como expressão de uma proposta educacional que tem como objetivo a superação modelo de formação escolar excludente e reproduutor das relações capitalista, tem na formação humana integral um de seus princípios base. De acordo com Documento Base da proposta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio (Brasil, 2007) a formação humana integral, juntamente com o trabalho como princípio educativo e a integração curricular integram os fundamentos dessa proposta educacional perseguida pela EPT.

Por Formação Humana Integral deve-se compreender como sendo aquela que pretende superar o modelo de educação dualista e fragmentador, reproduutor da divisão social do trabalho e que separa de um lado a formação de uma classe dirigente que tem acesso a uma oferta educacional pautada na cultura e nos conhecimentos historicamente produzidos (instrução geral) e, de outro lado, volta-se para a preparação de uma classe trabalhadora, cuja formação se dá na capacitação mão de obra para atender ao mercado de trabalho (instrução profissionalizante) (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012; Ciavatta, 2012; Aliança, 2021).

Nesse aspecto, pensar a formação integral é pensar numa educação que integre os vários aspectos do ser humano em uma formação completa que o prepare para atuação crítica e consciente no mundo do trabalho (Ciavatta, 2012). No entanto, quando observado pelo contexto no *lócus* do fazer pedagógico percebe-se que “essa formação humana integral ainda encontra restrições para a sua materialização, embora constitua um processo em construção” (Baracho, 2018, p. 41). Por outro lado, mesmo sendo aparelho de produção e reprodução do projeto societário vigente, a escola detém o gérmen de um novo projeto de sociedade, sendo, pois, espaço possível de uma formação humana integral. Cabe, portanto, à escola, nessa tensão, organizar seus espaços e práticas com vistas a uma proposta educacional que permita aos alunos a apropriação de saberes mais desenvolvidos (Borges, 2017).

É nesse contexto que os conselhos de classe, enquanto colegiados consultivo-deliberativos, despontam como territórios possíveis de construção de uma ação pedagógica voltada para a formação integral dos estudantes, dentro da proposta que fundamenta a EPT. Para Sena Neto (2022, p. 14) “o conselho de classe apresenta-se como um lugar de possibilidades, tendo em vista ser um espaço propício ao diálogo, à escuta, à discussão, à contradição e à decisão, portanto, um lugar possível de formação.” Dessa forma, fortalecer a atuação desse colegiado passa a ser fundamental a uma escola que busca uma formação integrada e humanizadora.

Nesse sentido, compreender quais as possibilidades e os desafios à efetivação dos conselhos de classes como territórios de formação humana integral no interior das escolas que ofertam a EPT, é uma questão fundamental cuja resposta pode subsidiar ações afetivas de fortalecimento desses colegiados.

Dado o exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal discutir as possibilidades e os desafios inerentes aos Conselhos de Classe como territórios de formação humana integral na perspectiva da EPT. Para tanto, se fará análise de caráter exploratório de dissertações de mestrado que tratam sobre os conselhos de classe, produzidos no contexto dos Mestrados em Educação Profissional e Tecnológica (especialmente no ProfEPT) com vistas a identificar nesses trabalhos as possibilidades identificadas e os desafios elencados nos diferentes contextos das produções acadêmicas. A escolha dos trabalhos analisados se deu a partir dos resultados de busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no banco de dissertações e produtos educacionais do Observatório do PROFEPT. Para fins desse trabalho, utilizou-se como método a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), “por tratar-se de uma forma muito eficaz de se compreender os conteúdos nem sempre manifestos de um discurso” (Valle; Ferreira, 2024, [np]).

Fundamentação teórica

A discussão sobre formação humana no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se situa campo do debate sobre as bases e princípios do Ensino Médio Integrado (EMI). Aliança (2021) discute a formação humana integral a partir dos pressupostos do EMI e em clara crítica ao modelo de educação dualista e fragmentador. Recorrendo aos conceitos de educação política e da escola unitária de Gramsci, a autora parte da crítica ao sistema dual historicamente estabelecido na educação brasileira para defender um modelo de ensino médio capaz de manter relação com a totalidade do estudante, ou seja, que relate os conteúdos curriculares com a realidade de vida desse estudante.

Para autora, em consonância com Saviani (2003) essa dualidade se manifesta na oferta de duas propostas educacionais distintas: uma destinada à classe dirigente, fundamentada em conhecimentos historicamente acumulados, com caráter propedêutico

e voltada para a progressão via acesso ao ensino superior; e outra, de caráter técnico e reducionista, voltada à classe trabalhadora, focada na inserção no mercado de trabalho (preparação de mão de obra), sem profundidade epistemológica, priorizando conhecimentos práticos e especializados para a vida profissional.

Como resposta a esse modelo excludente, o EMI volta-se para uma práxis educacional com vista a superação dessa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, ao propor um currículo capaz integrar a formação de caráter propedêutico à formação tecnológica, preparando o estudante para o mundo do trabalho – imperativo imediato à satisfação da necessidade de inserção na vida dos estudantes oriundos da classe trabalhadora – ao tempo em que proporcione uma sólida formação científico-cultural. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) trata-se de uma educação que supere a concepção burguesa em que há a separação (dicotomia) entre instrução geral e instrução profissional. Ou seja, “uma proposta política de educação possibilita que o estudante se fundamente nos conhecimentos basilares das ciências naturais, sociais, da linguagem, da cultura e da tecnologia” (Aliança, 2021, 24) e dessa forma seja capaz de transitar pelo mundo do trabalho e de se posicionar criticamente na sociedade.

Ou seja, ao adotar a educação política como base, a EPT propõe uma abordagem educacional que busca superar as estruturas escolares existentes, especialmente no ensino médio, que perpetuam uma sociedade de classes, diferenciando um tipo de educação para a manutenção da classe dominante e outro para aqueles submetidos à dominação. Trata-se, portanto, de um modelo educacional que visa oferecer ao trabalhador acesso pleno ao conhecimento, promovendo uma formação humana integral que desenvolva, de forma equilibrada, as capacidades intelectuais, reflexivas e práticas, propiciando “aos estudantes a possibilidade de (re)construção dos princípios científicos gerais sobre os quais se fundamentam a multiplicidade de processos e técnicas que dão base aos sistemas de produção em cada momento histórico” (Brasil, 2007, p. 17).

O EMI, nesse sentido, tem no Currículo Integrado e centrado na pessoa humana a sua base. Ramos (2012) discute o currículo integrado como sendo como aquele que resulta do compromisso com uma formação profissional orientada pelo trabalho, pela ciência e pela cultura, visando a formação de indivíduos emancipados e aptos a se inserir no mundo do trabalho. Esse currículo vincula os conhecimentos gerais e específicos à historicidade dos fenômenos e processos produtivos, articulando-os com a vida em sociedade em uma perspectiva de totalidade, isto é, considerando a realidade concreta.

Baracho (2018), por sua vez, vê no currículo integrado do ensino médio o caminho para uma formação humana integral, fundamentando-se na politecnia e no trabalho como princípio educativo para sustentar uma educação emancipadora. Sob essa perspectiva, a educação geral (domínio dos conhecimentos amplos) deve ser indissociável da educação profissional (domínio teórico e prático do saber articulado ao processo produtivo). O currículo integrado, assim, amplia a formação dos indivíduos, oferecendo uma educação mais abrangente e, ao aproximar os conhecimentos teóricos e práticos, promove o desenvolvimento das atitudes e habilidades necessárias para a inserção dos jovens no mundo do trabalho sem negligenciar sua formação intelectual.

Assim, ao adotar a formação por meio de um currículo integrado, a EPT se apresenta como um projeto educacional comprometido com a centralidade do ser humano. Seus conteúdos não são fins em si mesmos; eles fundamentam uma formação mais ampla que integra os diversos aspectos da vida social, permitindo ao aluno compreender a realidade em que vive e adquirindo as condições necessárias para intervir nela. Assim, é um projeto que, ao cumprir os objetivos da formação profissional de nível médio, estabelece a formação humana integral como proposta político-pedagógica.

No que tange aos conselhos de classe, Rocha (1986 *apud* Dalben, 2004) relata que primeiros registros desses colegiados como espaços constituintes das estruturas escolares no Brasil, datam da metade final dos anos 1950, como resultado de experiência vivida por dez educadores brasileiros que estagiaram na França, e que importaram o modelo francês para o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP). Porém, esse colegiado só se constitui como instância formal nas escolas após a lei na 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), quando as escolas passaram a enxergar a importância pedagógica desse colegiado frente às demandas que a nova legislação impunha, especialmente no tocante à avaliação (Rocha, 1986 *apud* Dalben, 2004).

Dalben (2004), entretanto, salienta o caráter espontâneo e voluntário da implantação do CC nas escolas, haja vista que o colegiado não fora legalmente criado como instrumento na LBD de 1971, fato que só veio a se concretizar com a Lei nº 9.394/96. Para a autora, fica claro, no entanto, a implantação desses colegiados nas escolas participes Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen), regulamentado pelo decreto no 63.914, de 27/12/1968.

No contexto abordado, os conselhos foram concebidos como instrumentos avaliativos. Sobre esse papel, Debatin (2002, p. 13) atesta que os

Conselhos de Classe foram instituídos a fim de orientar os professores na avaliação permanente dos alunos para analisar as causas de rendimentos altos e baixos, criar condições de assistência aos alunos com dificuldades, aperfeiçoar o trabalho cotidiano do professor e desenvolver a avaliação contínua do próprio trabalho.

Dalben (2004) corrobora essa posição ao descrever o Conselho de Classe como instrumento avaliativo. Para autora a perspectiva adotada na sua criação é de um colegiado com função essencialmente avaliativa, com uma atuação funcionalista e voltado para reforçar e legitimar os resultados das avaliações dos alunos, avaliação essa de caráter controlador do processo pedagógico. Seu papel principal seria o de “aglutinar as diferentes análises e avaliações dos diversos profissionais [...] permitindo análises globais do aluno em relação aos trabalhos desenvolvidos (Dalben, 2004, p. 35).

Do ponto de vista conceitual Dalben (2010, *apud* Souza; Grimm, 2022, p. 21) conceitua o conselho de classe como um

órgão colegiado, presente na organização da escola, em que os professores, juntamente com os coordenadores pedagógicos ou os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos com que trabalham, com o objetivo de tomar decisões sobre ações pedagógicas a serem desenvolvidas.

A partir dessa definição, além de caracterizarem a composição dos conselhos e enfatizarem a sua função precípua, isto é caráter de instrumento avaliativo, já revela outra característica importante do colegiado, pois, a despeito dessa gênese (e mesmo a partir dela), o conselho se configura como espaço importante de tomada de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Dalben (2004) destaca a importância desse colegiado como espaço de construção de redes de relações colaborativas capazes de articular a proposta de ensino da instituição e de fomentar um processo educativo pautado na reflexão e na discussão coletiva.

Leite (2012) reforça essa ideia ao descrever o conselho como um espaço-tempo significativo onde os sujeitos escolares, de forma coletiva, podem avaliar não apenas o desempenho dos alunos, mas também debater e definir os caminhos necessários para atender às novas demandas no cotidiano da escola. Ou seja, é um espaço-tempo que possibilita identificar demandas emergentes e construir soluções colaborativas, delineando estratégias para a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem. Além disso, é um ambiente propício para redefinir práticas pedagógicas, ajustar metodologias e fortalecer o compromisso da escola com a formação integral dos alunos. Por meio desse mecanismo de diálogo, a escola pode se adaptar mais eficazmente às mudanças sociais e educacionais, garantindo a implementação mais efetiva de inovações e políticas que respondam às necessidades do dia a dia escolar.

Resultados e Discussão

Como resultado de busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, para os descritores “conselhos de classe” e “Educação Profissional e Tecnológica” chegou-se a um total de dez dissertações de mestrado que passaram a ser analisadas. A partir da pré-análise por meio da leitura flutuante dos trabalhos, foi possível identificar que os trabalhos selecionados se preocupam e discutir o papel dos conselhos de classe nas instituições de EMI sobre três perspectivas – gestão/educação democrática e participação, avaliação e ensino-aprendizagem e formação docente – muito embora os elementos que caracterizam cada uma dessas perspectivas se entrelacem inviabilizando uma classificação rígida. destaque-se ainda que apenas uma dissertação tem a formação humana integral dos estudantes como cerne da pesquisa, no entanto, a perspectiva desse modelo formação acompanha o desenvolvimento argumentativo de todos os trabalhos, constituindo-os material relevante à análise.

Quadro 01 – Classificação das dissertações analisadas.

Grupo 01: GESTÃO/EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO	
Autor (ano)	Instituição
Rosário (2021)	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Matos (2021)	Instituto Federal de Sergipe
Oliveira (2023)	Instituto Federal do Acre
Sena Neto (2018)	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Grupo 02: AVALIAÇÃO E ENSINO-APRENDIZAGEM	
Autor (ano)	Instituição
Dias (2020)	Instituto Federal Farroupilha
Muxfeldt (2020)	Instituto Federal de Mato Grosso
Silva (2021)	Instituto Federal de Minas Gerais
Souza (2022)	Instituto Federal Catarinense
Grupo 03: FORMAÇÃO DOCENTE	
Autor (ano)	Instituição
Bambinetti (2023)	Instituto Federal Catarinense
Andrade (2019)	Instituto Federal do Amazonas

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Da exploração do material, dois aspectos aparecem como importantes no desenvolvimento dos trabalhos: 1) A percepção do conselho de classe como mecanismo dinamizador das ações pedagógicas da escola a partir de sua função como instrumento avaliativo; e, 2) como importante espaço de participação democrática e de formação política. Sobre o primeiro aspecto cabe salientar que os conselhos de classe nascem com função precípua de acompanhar o aprendizado ao aluno, mas nesse processo deve fazê-lo também no acompanhamento do desempenho das ações pedagógicas do professor, ao tempo em que deve propor meios de intervenção na busca de soluções aos problemas que se observem nesse processo. Logo, deve ser elemento presente na construção de uma proposta político-pedagógica que pense a educação a partir dos princípios da formação humana integral (Dalben, 2004; Debatin, 2002; Libâneo; 2004).

Em sua dissertação de mestrado Dias (2020) discorre sobre a origem dos conselhos chamando a atenção para importância desse instrumento como um primeiro esforço no sentido da aproximação e da articulação entre os professores, algo praticamente inexistente antes da instalação dos conselhos. Ou seja, mesmo sendo concebido sob a égide de um projeto educativo excludente, atualmente o conselho de classe representa um importa espaço de reflexão sobre as ações educacionais e se faz instância capaz de superar a visão classificatória e burocrática da avaliação e, assim, de repensar a educação e de romper com a formação simplesmente voltada para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, os trabalhos analisados apontam para o potencial do conselho de classe como mecanismo dinamizador das ações pedagógicas voltadas para a formação integral na medida em que se torna uma prática mediadora de um movimento contínuo de aprendizagem (Sena Neto, 2018). Ou seja, uma instância privilegiada de mobilização do projeto político-pedagógico da escola na medida que se mostra capaz, por meio da reflexão e da avaliação e autoavaliação das práticas, atua na integração dos professores dos saberes (Andrade, 2019).

O conselho de classe, enquanto instrumento avaliativo, proporciona a oportunidade de repensar, refletir e redirecionar as práticas pedagógicas da escola. Configura-se como um espaço de diálogo, troca, mediação e reflexão crítica, essencial para encaminhar propostas educacionais voltadas à formação integral dos estudantes. Segundo Souza (2022), esse órgão colegiado reúne características indispensáveis para que os diferentes segmentos envolvidos no processo pedagógico promovam uma educação coletiva e colaborativa. Por meio da avaliação coletiva, a comunidade escolar consegue identificar necessidades educacionais e, assim, criar bases para um currículo mais integrado, revisando propostas e estratégias consolidadas ao longo do tempo. Para a autora “o Conselho de Classe é concebido como espaço de estudo da realidade concreta e a prática avaliativa, como atividade político pedagógica permanente e indissociável da dinâmica de ensino-aprendizagem” (Souza, 2022, p. 23), logo um capaz de dar subsídios e dinamismo ao trabalho pedagógico.

Nesse contexto, apresenta o potencial de ser instrumento estruturante uma formação integrada, podendo atuar preventivamente, a partir de diagnósticos dos elementos que precisam ser aprimorados, para que o processo formativo dos estudantes seja significativo e alinhado com os fundamentos de uma educação emancipadora. Portanto, um espaço constante de retomada da avaliação, não de modo funcionalista, mas no sentido da busca de práticas e encaminhamentos pedagógicos capazes de superar a

escola socialmente fragmentadora. Em outras palavras, trata-se de um instrumento que dinamiza o movimento interno da escola, tendo como objetivo, por meio de interações, discussões e alinhamentos, promover uma práxis educativa comprometida com a emancipação dos estudantes.

No entanto, a despeito desse potencial dinamizador dos processos de ensino e aprendizagem, os trabalhos analisados apontam para a manutenção de um viés classificatório e disciplinador desse instrumento, ou seja, ser um espaço de julgamento centrado observância nas notas e na frequência dos alunos (Andrade, 2019; Matos, 2021; Silva, 2021; Bambinetti, 2023). Para Matos (2021, p. 32),

De modo geral, o Conselho de classe se transformou em instância de julgamento dos alunos, sem direito à defesa e em espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica. Como tem sido praticado em muitas escolas, camufla e reforça os mecanismos de controle arbitrário, de concentração de poder e de exclusão.

Ao invés de se constituir e consolidar-se como uma oportunidade de redirecionamento da prática docente e pedagógica da escola com vistas a superar a ou dirimir os problemas que afetam o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, focar-se em estratégias para melhorias as práticas pedagógicas, esse colegiado, a partir de moldes tradicionais, se configura de espaço de julgamento do insucesso dos alunos e instância de penalização destes. Para a Bambinetti (Op. cit., p. 22) o “Conselho de Classe parece possuir uma relação direta com uma educação baseada na punição, proibição e padronização”.

Em sua pesquisa, Silva (2021) observa ainda que alguns professores demonstram resistência em rever suas práticas pedagógicas ou adotar novas metodologias, frequentemente atribuindo aos próprios alunos a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso escolar e que, embora uma parte dos participantes enxerga o conselho como um espaço para debates mais amplos, que poderiam impactar de forma significativa o processo educacional, outros docentes acreditam que ele deve se limitar ao foco nas notas e no desempenho individual dos alunos, corroborando com um modelo classificatório de avaliação focado no desempenho do aluno em despréstígio do processo de aprendizagem.

Assim, repensar a avaliação e seus objetivos surge como um grande desafio para que o conselho se constitua um espaço dinamizador de uma formação humana integral. Deve-se, nesse sentido, buscar a travessia de um modelo avaliação pautado em notas para aprovação ou reprovação do aluno para um modelo mais dinâmico que vá além dos exames escritos. Nesse processo se faz necessário que os docentes reconheçam a

avaliação e autoavaliação do seu próprio trabalho como elemento basilar do processo ensino-aprendizagem, assim como superem as dificuldades em lidar com a autocrítica e as reflexões sobre o próprio fazer-pedagógico de modo que o conselho de classe se firme como instrumento de avaliação e de intervenção da própria escola (Rosário, 2021; Bambinetti, 2023).

Para Muxfeldt (2020) essa não é uma tarefa fácil, pois implica engajamento coletivo de todos os envolvidos no processo e a definição de ações organizadas e contínuas. A autora avança destacando que a ausência de documentos ou instrumentos com orientações práticas e claras para o funcionamento desses colegiados, a carência de meios efetivos de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem e a ausência de um plano de trabalho voltado para promover práticas de avaliação que abarquem todo o processo educacional, também são desafios a serem superados com vistas a dotar esses colegiados das condições que permitam a contribuírem para a formação integral do estudante.

O segundo aspecto observado no desenvolvimento argumentativos dos trabalhos que merece atenção, no que tange às potencialidades e aos desafios dos conselhos de classe como espaço de formação humana, diz respeito à importância desses colegiados como instâncias de participação democrática e de formação política. Segundo Ciavatta (2012), a formação integrada é uma experiência democrática que deve englobar a escola em articulação com os estudantes e seus pais ou responsáveis. Essa formação não pode ser vivenciada no isolamento institucional nem ser conduzida por meio de práticas autoritárias.

Nesse sentido, o conselho de classe desponta como um instrumento capaz de repensar a gestão democrática, ao promover a participação de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem na tomada de decisões relacionadas às intenções da prática educacional (Brasil, 1996). Logo, esse colegiado se destaca por ser instrumento de ressignificação do dinamismo da gestão pedagógica, valorizando o trabalho coletivo e criando um ambiente de diálogo e resolução de conflitos, favorecendo a tomada de decisões coletivas e descentralizando ações. Ou seja, mais do que uma reunião periódica é um espaço promotor da descentralização do poder decisório sobre o processo de ensino por meio da efetiva participação e descentralização de poder, configurando-se como um caminho para uma educação democrática e libertadora, voltada à emancipação permanente dos indivíduos (Sena Neto, 2018; Silva, 2021). Nesse contexto, pode ser entendido como um mecanismo de transição para a formação integrada, ao atuar de forma

dialógica, participativa e articuladora entre a comunidade escolar e o processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, apesar da viabilidade como instrumento democrático e de participação, os trabalhos analisados apontam para um grande desafio da consolidação desse viés funcional do conselho de classe. Na avaliação de Dias (2020), Rosário (2021), Matos (2021) e Oliveira (2023) há na operacionalização desse colegiado a manutenção da contradição histórica de que os principais interessados no processo muitas vezes se encontram como partícipes passivos, apenas esperando os resultados, sem voz ativa e garantia de participação efetiva nos processos que selam os seus destinos, muitas vezes inseguros e receosos de se posicionarem frente aos professores. Os trabalhos apontam para a falta de mobilização ou mecanismos eficazes de participação dos estudantes, seja por uma estrutura ainda muito verticalmente hierarquizada ou por “barreiras” estabelecidas à avaliação dos estudantes por parte dos professores que se sentem desprestigiados de sua posição de autoridade.

Souza (2022) reconhece a necessidade do envolvimento de educadores e educandos como sujeitos proativos nesse processo, no entanto aponta em sua pesquisa a postura desmobilizadora da participação dos alunos por parte dos professores. Na análise de Sena Neto (2018) a hostilidade às críticas³, a percepção do conselho como de autoritarismo e a hierarquia de poder que privilegia o professor são apontados como fatores desestimulantes da participação efetiva dos estudantes. Andrade (2019) destaca a concepção de conselho de classe como espaço de resistência do docente que teme a perda de autonomia. Já Matos (2021) sustenta e reforça essa posição quando reconhece, ao longo de sua pesquisa, a dificuldade em se estabelecer uma relação mais horizontal entre professor e aluno. Do ponto de vista da autora, para o docente colocar-se na posição de avaliado implica em ver-se fora da posição de destaque e isso abala as estruturas de poder herdadas pelas pedagogias tradicionais. Por sua vez Rosário (2021) pontua que os conselhos ainda não apresentam as condições mínimas para uma efetiva garantia de participação dos estudantes.

Saliente-se ainda que essa baixa efetividade na participação não afeta apenas os estudantes. Dias (2020) chama a atenção para necessidade também da efetiva participação dos docentes, que ao enxergarem o momento como mera burocracia, acabam por não contribuírem qualitativamente. Esse caráter burocrático, segundo Bambinetti (2023)

³ Bambinetti (2023, p. 55) chama atenção que no “decorrer da realização desta atividade foi perceptível a dificuldade [dos professores] em lidar com a autocritica e as reflexões sobre o próprio fazer-pedagógico”.

resulta do fato de que as reuniões de conselho não se constituem um espaço efetivo de troca de experiências e de diálogo entre os professores.

Diante o exposto, temos que os trabalhos que fundamentaram a presente análise apontam o conselho de classe como território possível de formação humana integral no ensino médio integrado por se constituírem, por um lado, mecanismo de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem se mostrando capaz de ser o elemento condutor de um processo de articulação curricular potente na orientação da prática pedagógica da escola e, por outro lado, como espaço de excelência para a participação democrática efetiva.

Entretanto, apesar das possibilidades que os conselhos de classe oferecem, a literatura destaca grandes desafios para consolidá-los como espaços voltados à formação humana integral. Embora esse colegiado tenha sido, ao longo do tempo e pela legislação, concebido como um instrumento democrático e dinamizador do processo avaliativo – promovendo reflexão e mudanças nas práticas pedagógicas com ganhos evidentes –, seu significado muitas vezes tem sido distorcido, reduzindo-se a um mecanismo de avaliação classificatória e antidemocrática.

Considerações finais

A partir das linhas argumentativas escolhidas pelos autores utilizados vislumbra-se a percepção dos conselhos de classe a partir de dois vieses que podem contribuir com uma formação humana alicerçada nos princípios da EPT: como instrumentos de avaliação da prática pedagógica que podem levar à construção de propostas curriculares integradas e como espaço de referência para a prática da gestão democrática e participativa e formação política dos discentes. Entretanto, ao lado dessas possibilidades, os trabalhos diagnosticam diversos empecilhos à plena implementação desses colegiados, que aparecem como desafios a serem superados quando se busca a efetiva atuação desses colegiados numa ação pedagógica que vise a formação humana integral e emancipatória.

O primeiro desafio é a compreensão, por parte dos docentes, de um modelo de avaliação que tradicionalmente se baseia na absorção de conteúdos pelos alunos e na disciplina comportamental. Essa abordagem distorce a função avaliativa dos conselhos, transformando-a em um processo classificatório que perpetua a exclusão e uma educação dual e fragmentada. Além disso, há resistência dos professores em se autoavaliar e em permitir que os alunos avaliem sua prática pedagógica. Essa mudança exige uma transformação cultural na escola, que impacta a concepção de avaliação e as relações de poder, desafiando a posição de autoridade historicamente ocupada pelos professores.

O segundo desafio refere-se à garantia efetiva de participação nos conselhos de classe. Não basta assegurar legalmente a presença de diferentes membros, mas criar condições objetivas para que todos participem ativamente, com voz e voto, sem impedimentos. Esse ponto se relaciona com a necessidade de mudanças nas relações de poder e exige esforços formativos dentro das instituições de ensino. É fundamental preparar a comunidade escolar para compreender a importância dos conselhos e exercer plenamente seus direitos, promovendo uma participação efetiva e democrática.

Assim, a despeito das suas potencialidades, empiricamente se percebe que ainda há um longo percurso a ser percorrido para que esse instrumento de participação e diálogo se concretize plenamente como um mecanismo de mudança, direcionando o processo de formação integral do estudante. O desafio, portanto, está em ressignificar os conselhos de classe, transformando-os em espaços efetivos de reflexão e construção de processos e práticas educacionais. Isso implica garantir a participação ativa e o direito à fala de todos os envolvidos, bem como assegurar o retorno das decisões e medidas tomadas à comunidade escolar após cada ciclo de reuniões.

Longe de se propor a uma análise exaustiva ou esgotar o tema, o trabalho se coloca como um levantamento exploratório que possa servir de base para outros estudos mais aprofundados acerta das categorias elencadas. Desse modo, espera-se que o presente trabalho tenha contribuído como debate teórico sobre o papel dos conselhos de classe e sirva como instigador para novas pesquisas no campo epistêmico da EPT no que tange às categorias discutidas nesse artigo.

Referências

- ALIANÇA, P. S. **O caminho feito ao andar:** itinerários formativos do professor bacharel no ensino médio integrado. Curitiba: CRV, 2021.
- ANDRADE, J. A. P. de. **Conselho de classe: possibilidades de atuação na formação de docentes da EPTNM do IFRO-Campus Ji-Paraná.** 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/310>. Acesso em: 15 out. 2024.
- BAMBINETTI, A. M. B. **Conselho de classe no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a compreensão dos docentes e da equipe pedagógica, na perspectiva da formação integral.** 2023. 82 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, Blumenau, 2023. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/742895>. Acesso em: 15 out. 2024.

BARACHO, M. das G. **Formação profissional para o mundo do trabalho: uma travessia em construção?** Natal: IFRN, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, L. F. P. **Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács.** *Rev. Educ. Questão* [online]. 2017, vol.55, n.45, pp.101-126. ISSN 1981-1802. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747>. Acesso em: 15 out. 2024

BRASIL. **Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20 out. de 2024

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS. (org). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 83-105, 2012.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de classe e avaliação:** perspectivas na gestão pedagógica da escola. Papirus, 2004.

DEBATIN, M. **O conselho de classe e sua relação com a avaliação escolar: um estudo em escolas da rede pública estadual de ensino de Florianópolis/SC.** 2002. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82392>. Acesso em: 15 set. 2024.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS. A gênese do decreto N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS. (org). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 21-56, 2012.

LEITE, L. I. **Conselho de classe: a historicidade de uma prática entre os fazeres ordinários da escola (1950-1990).** 2012. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/27301/R%20-%20T%20-%20LILIAN%20IANKE%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 10 set. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. ver. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

MATOS, C. N. **Além do ver e escutar: vozes estudantis nos Conselhos de classe do IFS – Campus Lagarto.** 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1924>. Acesso em: 15 out. 2024.

MEDEIROS NETA, O. M. et al. A educação profissional nas leis de diretrizes e bases da educação: pontos e contrapontos. **HOLOS,** [S. l.], v. 4, p. 172–189, 2018. DOI:

10.15628/holos.2018.6982. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOTOS/article/view/6982>. Acesso em: 15 out. 2024.

MUXFELDT, E. R. **Organização e funcionamento do conselho de classe nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.** 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Cuiabá, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1072739. Acesso em: 15 out. 2024.

OLIVEIRA, W. F. de. **Conselho de classe como instrumento de gestão democrática e participativa no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre – Campus Rio Branco.** 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, 2023. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/734823>. Acesso em: 15 out. 2024.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS. (org) **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 107-128, 2012.

ROSÁRIO, M. R. da S. do. **Conselho de classe e participação estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará campus Aracati: possibilidades e limites.** 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11225975#. Acesso em: 15 out. 2024.

SENA NETO, B. G. de. **Conselho de classe do IFRN – Campus Caicó: lócus de formação continuada de professores.** 2022. 197 f. Tese (Doutorado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13333/_BERNARDINO_GALDINO_DE_SENA_NETO.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

SENA NETO, B. G. de. **Educação profissional e conselho de classe: a experiência no curso de informática do IFRN/Caicó.** 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1527/Bernardino%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SENA NETO, B. G. de.; TAVARES, A. M. B. do N. **O Conselho de Classe como lugar de fala: a experiência do IFRN Campus Caicó.** Natal: Editora FAMEN, 2022. E-book (99 p.) Disponível em: <https://editorafamen.com.br/wp-content/uploads/2022/05/O-CONSELHO-DE-CLASSE-COMO-LUGAR-DE-FALA-A-EXPERIENCIA-DO-IFRN-CAMPUS-CAICO-1-1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

SILVA, S. M da. **O conselho de classe como instância avaliativa na educação profissional e tecnológica: proposições para uma educação democrática.** 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Branco, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1147622#. Acesso em: 15 out. 2024.

SOUZA, D. M. S. C. de. **O Conselho de classe na percepção de conselheiros de um curso de ensino médio integrado: na trilha da formação humana integral.** 2022. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2022. Disponível em: <https://profept.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/54/2023/09/Artigo-Debora-PDFA.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SOUZA, D. M. S. C. de; GRIMM, V. **Na trilha da formação humana integral:** um conselho no meio do caminho. Blumenau, 2022. 48 p. (Produto Educacional resultado de pesquisa de dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717900>. Acesso em: 21 out. 2024.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. de L. **Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin:** contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **SciELO Preprints**, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7697. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7697>. Acesso em: 16 out. 2024.

Submissão: 30/11/2024. **Aprovação:** 18/08/2025. **Publicação:** 29/08/2025.